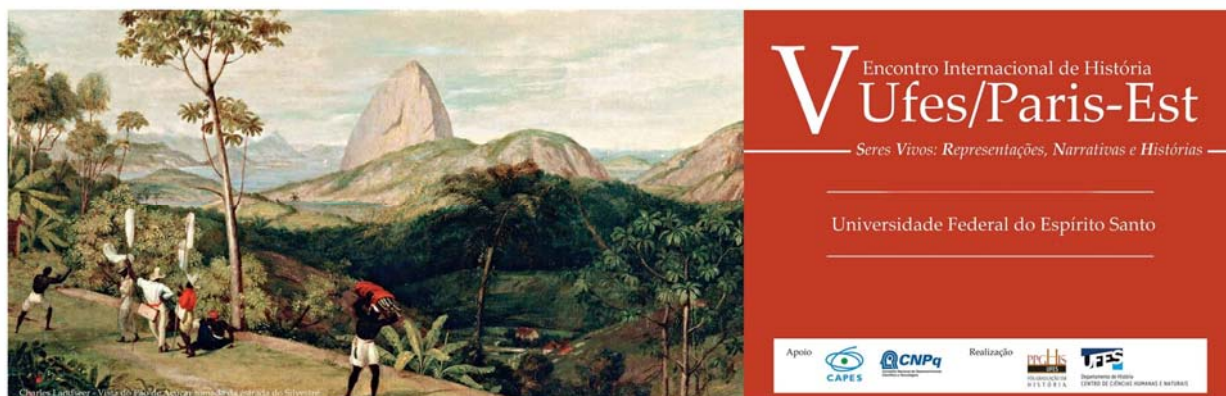




ELITES POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, NO ESPÍRITO SANTO, NO CONTEXTO DO REGIME CIVIL-MILITAR (1964-1979)⁵⁸⁷

Ueber José de Oliveira
Doutor em História – UFES

RESUMO: A presente comunicação tem como propósito discorrer acerca das elites capixabas e dos papéis por elas desempenhados por ocasião do processo de atualização histórica verificada entre os anos 1960 e 1970, período em que, a partir de razões de Estado, se implementaram diversas ações de políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento urbano-industrial, comercial e financeiro, transformando a face política e econômica do Estado do Espírito Santo. Parte-se do pressuposto de que a crise decorrente da política de erradicação dos cafezais empreendida pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi o principal elemento gerador de uma ruptura na composição política do Estado, ante o colapso da estrutura agrária dominante até então, proporcionando o consenso em torno de um projeto de desenvolvimento econômico com base na indústria, doravante imaginada como único elemento capaz de recuperar a economia do Estado. Tais aspectos acabaram por se tornar a *plataforma ideal* para a circunstância – havendo uma confluência de agendas entre o projeto das elites capixabas e o projeto industrializante dos governos militares – eficiente e oportunamente proposta pelo Governador Christiano Dias Lopes (1967-1971) e, mesmo com variações, mantida pelos governos biônicos subsequentes, especialmente aquelas lideranças egressas do antigo PSD.

Palavras chave: Elites; Regime civil-militar; desenvolvimento.

ABSTRACT: This Communication aims to discuss about the capixabas elites and the roles played by them during the historic upgrade process occurred between the years 1960 and 1970, during which, from reasons of state, if implemented several public policy actions and investments for urban-industrial, commercial and financial

⁵⁸⁷ O presente artigo é parte integrante da minha tese de doutorado defendida em 2013 junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política (Ufscar).

development, transforming the political and economic face of the state of Espírito Santo. It starts from the assumption that the crisis arising from the coffee plantations of the eradication policy implemented by the Brazilian Coffee Institute (IBC) was the main element that generates a break in state political composition, before the collapse of the dominant agrarian structure until then, providing the consensus around an economic development project based on industry, now thought of as only element capable of regaining the state's economy. These aspects turned out to be the ideal platform for the condition - and there is a convergence of agendas between the design of capixabas elites and the industrialization project of military rule - efficient and timely proposal by the Governor Christiano Dias Lopes (1967-1971) and even with variations, maintained by subsequent bionic governments, especially those graduates leaders of former PSD.

Keywords:Elites; Civil-military regime; development

A crise do café e o consenso de necessidades

A crise do café verificada nos anos 1960 é considerada por muitos, a exemplo de Rocha & Morandi (1991), Siqueira (2001) e Villaschi (2011), o marco inicial do processo de atualização histórica vivenciado no período, no qual, a partir de razões de Estado, se implementaram iniciativas de políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento urbano-industrial, que implicaram importantes transformações na ordem econômica, política e social do Espírito Santo.

Como se sabe, durante a República Velha, foram adotadas, em todo o país, políticas favoráveis à produção do café, que representava a base da economia nacional. Durante as décadas de 1940 e 1950, apesar de alguns esforços industrializantes, tanto no plano nacional quanto no regional, as fronteiras agrícolas do café foram ampliadas, graças à elevação dos preços do produto. Entretanto, a partir do final dos anos 1950, a situação se inverteu. Por ocasião dasupersafra, com a ampliação da concorrência externa e a consequente queda dos preços, os governos federal e estadual foram obrigados a reterem a produção (FRANCO & HEES, 2005).

Assim, segundo o Professor José Antônio Buffon (1992), os sinais de falência do modelo de desenvolvimento instalado no Espírito Santo já eram antes evidenciados na década de 40, conforme fragmento abaixo:

No transcorrer das décadas de 1940 e 1950, a expansão cafeeira atinge seu apogeu. Esgotam-se as fronteiras agrícolas nas regiões sul e centro; esgotam-se as terras propícias ao café no norte e inicia-se uma lenta,

porém firme trajetória de decadência da cafeicultura do Espírito Santo ao mesmo tempo em que aparecem em cena novas fontes de dinamismo para a economia do estado. Desta forma, o período em pauta não representa apenas mais um capítulo da “história do café no Espírito Santo”, senão que também abarca o seu maior alcance (o auge da cafeicultura) e ao mesmo tempo o seu momento derradeiro (BUFFON, 1992, p. 192).

Reiterando as palavras do autor, a tendência à decadência estava ligada à crescente dificuldade de reprodução da mão-de-obra familiar, ao esgotamento da fronteira agrícola, além das precárias condições de produção e da queda internacional dos preços do café, que atingiram U\$ 16,18 em 1945, o preço mais baixo da década (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Imediatamente após a crise, ocorreria ainda um incentivo à produção cafeeira ante a retomada dos preços internacionais do produto, que saíram de U\$ 16,18 a saca de 60 Kg e alcançaram U\$ 86,83 em 1954, no caso específico do café capixaba. Isso quer dizer que, embora os sinais de esgotamento da economia cafeeira já pudessem ser observados desde a década anterior, o que ocorreu imediatamente após esses primeiros sinais de crise foi uma expansão da atividade, impulsionada por um novo aumento de preços (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Todavia, a crise veio a se agravar no início da década de 1960, quando o Governo Federal, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com o intuito de modernizar a cafeicultura em termos de produtividade e torná-la compatível com as novas exigências do mercado internacional, iniciou a execução de uma política orientada para a erradicação dos cafezais ditos *antieconômicos*.

Sobre a crise da década de 60, as palavras de Medeiros (1977, p. 18) são esclarecedoras e complementares, quando afirma o seguinte:

Nos anos 60, verificou-se o declínio vertiginoso da cafeicultura, motivado pela queda dos preços relativos, pelo programa federal de erradicação e, finalmente, pelo advento da praga da ferrugem, que devastou inúmeras plantações. Desprovido, então, de um produto que, em 1950 e em 1968, representava, respectivamente, 79,6 e 56% de suas exportações globais, o Estado viveu momentos de crise, tendo em vista que não possuía, mesmo no setor primário, produtos que pudessem, a curto prazo, substituir o café.

Segundo o IBC (1966, p. 8), a situação do Estado do Espírito Santo era singular. Em primeiro lugar, para a superprodução brasileira a “[...] contribuição do Espírito Santo não [assumia] nenhum significado [...]”. Apesar disso, dadas as condições de produção e de qualidade, os cafezais capixabas eram considerados antieconômicos

e os preços que remuneravam o produtor local eram, por conta disso, inferiores à média nacional. Assim, a antieconomicidade, para a definição do que seria erradicado, afetou severamente o Espírito Santo.

Tabela I – Preços do café no Brasil e no Espírito Santo – 1951-1966.

Quinquênios		PREÇO FOB US\$/SC		
		Preço Brasil	Preço ES	%
Média	1951/56	69,86	55,07	78,82
	1956/61	51,60	39,68	76,89
	1961/66	44,53	38,06	85,47

Fonte: IBC (1966)

A crise e a desorganização produtiva a que a economia do Espírito Santo foi submetida podem ser ilustradas pelo fato de que, entre 1962 e 1967, foram erradicados 53,8% dos cafeeiros capixabas, o que gerou a eliminação de 60 mil empregos, o equivalente a aproximadamente 200 mil pessoas migrando do campo para as cidades, das quais cerca de 120 mil se dirigiram para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o Estado. Além disso, os indicadores demográficos apontam que, entre as décadas de 1960 e 1970, houve um crescimento de 95% da população urbana do Estado (ROCHA & MORANDI, 1991).

Nesse contexto, tal como indicam Rocha & Morandi (1991, p.36)

[...] O programa de erradicação, executado entre junho/62 e maio/67, atingiu mais da metade do cafezal capixaba, liberando 71% da área plantada com café, deixando praticamente 60 mil pessoas sem emprego na área rural. As conseqüências desse programa foram, de imediato, uma profunda crise social, devido principalmente ao problema do desemprego no setor agrícola, que provocou êxodo de famílias para as cidades, especialmente para a Região da Grande Vitória, que não dispunha de infra-estrutura urbana suficiente para abrigar número elevado de pessoas que se deslocaram e, muito menos, oferecia empregos para essa massa de trabalhadores desempregados [...].

Por outro lado, a crise levou ao rompimento da dinâmica tradicional da cafeicultura, uma vez que, nas palavras de Buffon (1992, p. 322) a “[...] política de erradicação resultou numa dramática desestruturação da base produtiva existente, numa queda na renda e no emprego agrícola, além de ter empurrado as elites locais rumo a uma solução local [...]”.

Pelas suas características socioeconômicas específicas – produção agrícola de base familiar e pequena propriedade –, a economia cafeeira capixaba acabava por potencializar os efeitos da crise, uma vez que

Nos momentos de crise de superprodução e de queda dos preços do café, a economia capixaba, ao contrário do que acontecia na região cafeeira de São Paulo, não apresentava mudanças estruturais nem realizava movimentos significativos de substituição de culturas. As unidades produtoras, a despeito da brutal redução do nível de renda advinda da queda dos preços do café, mantinham a lavoura cafeeira e reforçavam a produção de subsistência de forma a compensar a redução da compra de determinados produtos que adquiriam no mercado. Assim, as unidades produtoras tornavam-se ainda mais autossuficientes, os fluxos de comércio se reduziam e o processo de acumulação estagnava (ROCHA & MORANDI, 1991, p. 22).

Vale ressaltar que a crise da produção cafeeira, pelo fato de ser este setor o responsável por parte significativa da dinâmica urbana, por ser o principal gerador de renda, acabou influenciando negativamente as atividades do comércio, vestuário, calçados, móveis, etc., além de prejudicar as atividades portuárias e bancárias, pelo fato de estarem umbilicalmente ligadas à produção do grão. Essa é a razão para o fato de a crise não ter ficado restrita somente às pequenas propriedades atingidas pela política do IBC, se alastrando para praticamente todos os setores da economia, impactando inclusive nas receitas estaduais (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Assim, por suas características estruturais, o impacto da política de erradicação dos cafezais foi relativamente maior no Espírito Santo do que em outros estados onde também se deu o processo de erradicação. Enquanto no Brasil, foram erradicados 13% dos cafezais, no Espírito Santo foram erradicados 22% desse total, o que significou, tal como já descrito, a perda de aproximadamente 53% dos cafeeiros capixabas. A quantidade de cafeeiros, que era de 447,6 milhões em 1960, reduziu-se para 234,8 milhões após a erradicação entre 1962 e 1967.

Tabela II – Cafezais erradicados em relação ao número existente em 1962

Estado	%
Espírito Santo	53,8
Minas Gerais	33,0
São Paulo	28,4
Paraná	26,0

Fonte: Rocha & Morandi (1991)

Ainda sobre o Espírito Santo, nesse contexto de crise, alguns dados são ilustrativos. Segundo Medeiros (1977, p. 72), na década de 1960, o orçamento estadual apresentou superávit somente nos anos de 1960 e 1968. A renda *per capita* estadual representava somente 52,5% da nacional e a taxa de alfabetização entre pessoas com mais de 15 anos estava na ordem de 31,9%, enquanto a do Brasil era de 42,2%. Portanto, havia uma necessidade iminente de mudanças estruturais.

Assim, nas palavras de Medeiros (1977, p. 18), a “[...] a crise do café levou à constatação – mais importante – de que havia necessidade de uma diversificação econômica profunda [...]”, o que nos conduz à compreensão de que, com a destruição da economia cafeeira tradicional, se materializou aquilo que chamamos de *consenso de necessidades*. Isso equivale a dizer que não havia alternativa imediata para a realidade econômica capixaba, se não confluir os esforços sociais e políticos para um projeto industrializante (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b), gestado entre frações da elite capixaba e a ser retomado com o retorno ao poder dos grupos e indivíduos antes vinculados ao PSD, os quais doravante se inseriram no partido do governo, a Arena.

O governo Christiano Dias Lopes (1967-1971): elementos, possibilidades, conflitos e a busca de consensos políticos

No que diz respeito a crise do café e à conseqüente perda da capacidade política da elite do café, convém recorrer ao pensamento de Pierre Bourdieu (1989, p. 11), quando argumenta que

[...] as diferentes classes ou frações de classes estão envolvidos em uma luta propriamente simbólica para imporem a definição de mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais [...].

Em outro livro, o mesmo autor afirma que “[...] os agentes (indivíduos ou instituições), caracterizados pelo volume de seu *capital*, determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 24).

Pensando a realidade capixaba nesses termos, especialmente por ocasião da crise do café da década de 1960, podemos aferir que a elite cafeeira, hegemônica até então, perdeu de forma substancial o seu *capital político*, isto é, a

[...] força mobilizadora que detinha seja a título pessoal [quando nos referimos às lideranças políticas representantes dessa elite], quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido ou sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso de lutas passadas, e primeiro em forma de postos – no aparelho ou fora do aparelho – e de militantes ligados a esses postos (BOUDIEU, 1989, p. 190).

Com efeito, essa condição redundou na perda, por parte da elite cafeeira, da capacidade de determinar as diretrizes governamentais em termos desenvolvimentistas, abrindo espaço para novas proposições, doravante de natureza urbano-industriais.

É nessas circunstâncias que ascende ao comando do executivo estadual Christiano Dias Lopes, que sagrou-se vencedor no pleito indireto para a governadoria do Estado, em 1966, tendo sido eleito por boa vantagem dentro da Arena⁵⁸⁸. Assumiu o cargo em fevereiro de 1967 e sua ascensão representou a recolocação dos objetivos desenvolvimentistas como principal conteúdo das políticas públicas, já que permitiu o retorno mais claro do debate em torno da industrialização, tal como ocorrera nos Governos Jones dos Santos Neves (1943-1945 e 1951-1954), dos quais Dias Lopes participara.

Aliás, convém relembrar que Dias Lopes havia participado ativamente da elaboração do plano de governo do candidato Jones, sua principal referência política, que foi derrotado por Chiquinho em 1962. Portanto, como já salientado, estava alinhado com os objetivos modernizantes e industrializantes esboçados por parcelas da elite política capixaba, especialmente aqueles verificados nas gestões de Jones. Além disso, aderiu ao perfil desejado pelo Regime Militar em termos de projeto de desenvolvimento econômico.

A observação feita acima, quanto ao perfil e ao alinhamento de Dias Lopes, é constatável já no seu discurso de posse, ocorrido no dia 31 de janeiro de 1967, quando indicou o *binômio* a partir do qual governaria o Estado:

⁵⁸⁸ Concorreram para compor a lista tríplice em 1966 oito candidatos, dos quais os três mais votados compuseram a chamada lista tríplice a ser submetida ao Presidente da República para que fosse escolhido um. A lista tríplice, que constavam os nomes de contou com Christiano Dias Lopes Filho, Raul Gilberti e Jefferson de Aguiar, tendo sido indicado o primeiro.

Pretendemos, apenas, marcar o governo pelo sentido da mudança; mudança nos métodos da administração pública; mudança nas atitudes diante dos problemas do Estado; mudança no comportamento diante de nossas potencialidades adormecidas; mudanças nas perspectivas de desenvolvimento do nosso Estado [...]. Há 23 anos, um dos administradores de maior visão deste estado – o Sr. Jones dos Santos Neves – em discurso proferido em Colatina [...] profetizava e advertia que os galhos de café eram muito frágeis para suportar nosso progresso. O Espírito Santo, entretanto, continuava investindo nos cafezais [...] até a crise. E está perplexo, estupefato e desorientado. Urge, pois, inicialmente, recuperar a confiança do nosso povo em sua própria capacidade e nas potencialidades do Espírito Santo [...] criaremos novas fontes de sustentação econômica. [...] Para essa dinamização da economia estadual, sem qualquer preocupação de obter resultados imediatos, objetivando repercussões eleitorais, **nosso plano de governo embasa-se no binômio: racionalização administrativa e desenvolvimento** [...] ⁵⁸⁹. (Grifo nosso)

No mesmo discurso, podem ser observadas também as principais rotas desenvolvimentistas que seriam buscadas:

O primeiro termo da equação compreende ampla reforma administrativa, não limitada apenas a uma estrutura nova, mais leve, mais arejada, mais descentralizada e mais dinâmica; a reforma abrangerá, ainda, providências inflexíveis para prosseguir o processo de saneamento da administração iniciado no Governo Rubens Rangel, em moldes a que se possa restabelecer, em sua plenitude, o primado da responsabilidade, austeridade e da autoridade nos atos do governo [...]. No segundo termo do binômio programático, estarão compreendidas todas as providências destinadas a ordenar esforços e recursos capazes de criar condições mínimas necessárias a fim de que o Estado possa decolar no rumo de seu efetivo desenvolvimento econômico. [...]. Reconhecidas as limitadas possibilidades dos chamados produtos tradicionais, para uma decisiva participação no incremento da economia capixaba, [...] não temos dúvidas de que as melhores perspectivas para o processo de aceleração de nossa economia encontram-se nas atividades dinâmicas ligadas à **exportação de minérios e à agricultura de abastecimento** ⁵⁹⁰. (Grifo nosso)

No sentido da industrialização, assim se manifestou o Governador Christiano Dias Lopes no mesmo discurso de posse:

Sem dúvida, a construção, pela Companhia Vale do Rio Doce, dos terminais de minério e carvão do Porto de Tubarão e a montagem da Usina de “Pellets”, possibilitando à empresa uma política agressiva de exportação de minérios; o Projeto de uma Usina Siderúrgica Integrada por que vem lutando a Companhia Ferro e Aço, a ser construída em área de que é proprietária em Ponta de Tubarão, os audaciosos Projetos do Grupo Antunes já aprovados pelo Governo Federal que vão desde os entendimentos com a Vale do Rio Doce para a exportação de minério do Vale do Paraopeba através do Porto de Tubarão, até a construção de uma

⁵⁸⁹ ESPÍRITO Santo tem novo Governador: discurso. *Revista Capixaba*, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p. 15.

⁵⁹⁰ ESPÍRITO Santo tem novo Governador: discurso. *Revista Capixaba*, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p. 15.

Usina de Peletização e uma siderurgia, criam perspectivas extraordinárias para um grande complexo industrial na Região de Vitória [...] ⁵⁹¹.

Assim, com vistas a promover a industrialização do Estado, foi elencada, como prioridade do primeiro Governador Biônico do Estado do Espírito Santo, Christiano Dias Lopes, a criação de instrumentos legais e burocráticos para incrementar o processo de desenvolvimento econômico que passaria, na sua visão, a caracterizar a economia capixaba. Tal como salientado, o agravamento da crise do café, consequência da erradicação dos cafeeiros, fortaleceu a percepção – a qual já vinha sendo discutida – e aumentou o consenso de que a dependência econômica que o Estado possuía em relação ao café era, em si mesma, um elemento impeditivo de seu próprio desenvolvimento. Por outro lado, nas palavras de Silva (1993), o período mais profundo da crise também permitiu o consenso das articulações orientadas para a industrialização como forma inevitável para o desenvolvimento econômico do Estado.

Tal consenso pôde ser evidenciado em diversos pronunciamentos feitos por lideranças dos mais diversos agrupamentos políticos do Estado que, indistintamente, pertencentes ao antigo PSD e aos grupos que lhe faziam oposição, não questionavam a necessidade de se buscar a diversificação da economia capixaba por meio da industrialização, ante a grave crise do café. Entre essas lideranças, podem ser mencionados o emedebista e ex-petebista Argilano Dario ⁵⁹², o ex-perrepista Oswaldo Zanello, o ex-udenista Eurico Rezende, além de membros do antigo PSD que não atuavam necessariamente na mesma fileira do então Governador, como é o caso de Elcio Álvares, entre outros.

O projeto desenvolvimentista do governo Christiano Dias Lopes e os incentivos fiscais via FUNDAP.

Livre das injunções das forças políticas e sociais do Estado, devido à suspensão das atividades parlamentares, após o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, o Governador Dias Lopes pôde, com mais tranquilidade, dar continuidade à execução da sua proposta de desenvolvimento e diversificação econômica.

⁵⁹¹ ESPÍRITO Santo tem novo Governador. *Revista Capixaba*, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p. 14.

⁵⁹² ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. ARILANO Dario, [DCD 07/10/1971](#). p. 5614.

Ainda em agosto de 1967, ano de sua posse, havia enviado ao Legislativo uma proposta de incentivos para as indústrias que se interessassem em se instalar no Espírito Santo. O Governo se justificava com o argumento de que os incentivos completariam a base motivadora para a iniciativa privada investir. A Lei Nº 2.313, foi aprovada sem grandes dificuldades em 21 de novembro de 1967, com 27 votos favoráveis e 14 contra, apesar da postura contrária da bancada emedebista⁵⁹³.

Todavia, os efeitos econômicos dessa legislação foram praticamente nulos para o Espírito Santo. Segundo Silva (1993, p. 154), as razões para isso podem ser atribuídas aos atrativos oferecidos pelos grandes centros consumidores representados pelo eixo Rio-São Paulo e pelos benefícios fiscais colocados ao alcance dos contribuintes para investimentos no Nordeste, bem como nos Estados vizinhos.

Outra proposta de incentivos fiscais voltados para investimentos no Espírito Santo foi elaborada pela Federação das Indústrias e entregue ao Sr. Roberto Campos, Ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco, em reunião para a qual Campos foi especificamente convidado a participar, em Vitória. Segundo o empresário e então Presidente da Findes, Américo Buaiz (apud SILVA, 1993, p. 154), “[...] o Roberto Campos colocou debaixo do braço e disse que não era viável. O Governo Federal não poderia criar mais uma área incentivada. E nos negou. Nessa reunião, ele nos negou na hora [...]”.

Diante das necessidades da economia capixaba e da inicial negativa do Governo Federal em permitir qualquer política de incentivos fiscais para o Estado, era necessária maior articulação, inclusive com outros governadores, especialmente do Nordeste, grandemente auxiliados pelas políticas executadas pela Sudene. Por esse motivo, foi planejado, entre os dias 29 de fevereiro e 1º de janeiro de 1968, o *Simpósio sobre os Problemas do Espírito Santo*, organizado pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e patrocinado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, evento este que contou com a presença do Presidente da República, Gal. Arthur da Costa e Silva. Também estiveram presentes diversas autoridades, entre

⁵⁹³ ASSEMBLÉIA aprova incentivos mesmo contra ação do MDB. **A Gazeta** Vitória, p. 01, 22 nov. 1967.

ministros e dirigentes, além de diversos órgãos federais ligados à questão do desenvolvimento regional.

No simpósio, foram abordadas as mais diversas temáticas sobre o Espírito Santo: transporte, comunicação, energia, financiamento, infraestrutura em geral, entre outras áreas. Com base nas discussões feitas no simpósio, foram arroladas as seguintes reivindicações: a) a necessidade de criar mecanismos de incentivos fiscais para o Estado; b) Transformação da Companhia de Desenvolvimento do Estado em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes); c) Concessão de empréstimo no valor de NCr\$ 4,5 milhões pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), para a ampliação da rede de energia elétrica e subestações do Norte do Estado; d) Constituição de uma Sociedade de Crédito Imobiliário no Espírito Santo⁵⁹⁴.

Além disso, por ocasião do evento, o Governador Christiano Dias Lopes entregou ao Presidente Costa e Silva um memorial em que descrevia a precária situação econômica do Estado e reivindicava, de maneira mais incisiva, entre outras coisas, uma política de incentivos fiscais (SILVA, 1993).

O desfecho dessas articulações foi a criação, pelo Governo Federal, de um Grupo de Trabalho Interministerial com a atribuição de preparar os termos de referência para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, sugerir medidas técnicas para desenvolver a região, fazer indicação de fontes de financiamento para os projetos a serem executados e sugerir outras medidas para desenvolver a economia do Espírito Santo (SILVA, 1993). O grupo de trabalho iniciou suas atividades em julho de 1968 e concluiu o relatório no mês de dezembro do mesmo ano.

Efetivamente, os resultados do relatório apontaram para aquilo que já era consensual desde que o Espírito Santo havia sido atingido pela crise do café e sensibilizaram o novo Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, que havia assumido a pasta no lugar de Roberto Campos. Mas, para colocar em prática uma política de incentivos, era necessário vencer a forte resistência política dos Governadores do Norte e Nordeste, componentes dos colegiados diretivos da Sudam e Sudene, os

⁵⁹⁴ SIMPÓSIO renovou as esperanças capixabas. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano II, nº 12, p. 66-73, fev. 1968.

quais acreditavam que, caso o Espírito Santo fosse beneficiado com alguma política de incentivos, sofreriam algum prejuízo.

Diante disso, o Governador Dias Lopes percorreu os Estados das duas regiões no sentido de expor a situação do Espírito Santo e obter a compreensão para o pleito⁵⁹⁵. Os argumentos utilizados por Dias Lopes se baseavam na própria situação de penúria em que o estado se encontrava ante a política de erradicação dos cafezais e ressaltavam o esmagamento do Estado entre o sul industrializado e o Nordeste incentivado. Dias Lopes destacava, ainda, que a proposta era apenas a manutenção, no próprio Estado, dos recursos originários da arrecadação do imposto sobre a renda dos domiciliados no território capixaba; que não haveria prejuízo para os nordestinos, uma vez que os recursos eram pouco vultosos para uma região inteira, porém significativos para o Espírito Santo (SILVA, 1993).

A crônica jornalística da época apontou o importante papel desempenhado por João Calmon, ex-membro do PSD, Presidente da Arena Regional, Deputado Federal e empresário do ramo de comunicações, cuja carreira, tal como já salientado, fora construída nos *Diários Associados*, complexo comunicacional fundado e dirigido por Assis Chateaubriant. Calmon era a segunda pessoa do grupo nesse momento e aquele que, após o declínio do mesmo, responderia por sua massa falida. Importante frisar que, durante vários anos, Calmon trabalhou no Nordeste, especificamente no estado do Ceará, onde teve importante papel na expansão dos *Diários*, o que o tornava extremamente influente naquela Região como um todo. Portanto, aquilo que já salientamos a respeito da penetração de Calmon na política nacional foi fundamental para que os apelos do Governador Dias Lopes ganhassem eco nas esferas nacionais⁵⁹⁶. A verdadeira peregrinação de Dias Lopes terá lugar bastante destacado nos vários veículos dos *Diários Associados*.

Apesar de todas essas movimentações, houve permanente resistência de parte de lideranças e dos Governadores do Norte e Nordeste, a exemplo do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e de João Agripino – Governador da Paraíba

⁵⁹⁵ A viagem ocorreu de acordo com o seguinte cronograma: Dia 27/01/69 – Bahia; 28 – Sergipe; 29 – Rio Grande do Norte; 30 – Pernambuco; 31 – Ceará; 1º/02/1969 – Maranhão; 2 – Pará; 3 – Amazonas. (Diário Oficial – Seção Notícias, - 20001/1969).

⁵⁹⁶ EMISSÁRIO do Governo foi ao Nordeste: estudos sobre a concessão de estímulos. **A Gazeta** Vitória, p. 03, 19 abr. 1969; ESPÍRITO Santo ganha o apoio da grande imprensa nacional na luta pelo desenvolvimento. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 27 dez. 1967.

(1965-1971) –, os quais refutaram os dados apresentados pelo Governador do Espírito Santo, afirmando que teriam sido supostamente alterados para beneficiar o Estado.

Sobre a oposição de parte dos governadores do Nordeste e a atuação do Deputado João Calmon, esclarecedoras são as palavras do próprio Dias Lopes, quando afirma que

Acertou-se que o Deputado João Calmon tentaria obter esses pronunciamentos, o que não foi conseguido, porque, quando o representante do Espírito Santo viajou para o Nordeste, em março ou abril, realizava-se, também, uma reunião do Conselho da SUDENE. E aí o Governador da Paraíba, Dr. João Agripino, desencadeou uma violenta campanha contra a pretensão capixaba, criando um clima desfavorável a qualquer gesto de compreensão dos demais governadores.⁵⁹⁷

Sobre a postura mais contundente do Governador Agripino, Dias Lopes salienta que acabou sendo favorável ao Estado:

O Dr. João Agripino, porém, nos prestou um grande serviço: em seu pronunciamento inflamado, disse que era preciso acabar com a falta de imaginação nesse país, pois se o Governo Federal desejava ajudar o Espírito Santo, que se criasse outro tipo de incentivo, sem mexer com a legislação da Sudene. Quando o João Calmon, meio desolado, mostrou-me o pronunciamento do Governador, detive-me nesta passagem do seu discurso e afirmei confiante: “aqui está o caminho para a solução que buscamos”.⁵⁹⁸

E o raciocínio de Dias Lopes se mostrou acertado, uma vez que o Ministério do Planejamento acabou sinalizando para a necessidade de se pensar em um novo sistema de incentivos, sem alterar a legislação relativa à Sudene, tal como pode ser observado em outro trecho da entrevista de Dias Lopes:

O primeiro semestre de 1969 foi de intensa movimentação para obtenção de incentivos fiscais do Governo Federal. É que, entregues ao Ministro do Planejamento, em meados de 1968, as diversas fórmulas para possibilitar a criação do mecanismo de estímulos à reativação da economia capixaba, o Dr. Vinicius Fonseca manifestou sua primeira impressão: dentro da orientação do Ministro, não se deveria insistir na alteração das leis já existentes, especialmente aquelas que tratavam dos incentivos para o Nordeste. Cheguei, então, à conclusão de que era preciso conscientizar o país, especialmente os governadores do Norte e Nordeste, no sentido de que era desumano, injusto e até impatriótico, o Espírito Santo continuar

⁵⁹⁷ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

⁵⁹⁸ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

mandando contribuições para a SUDENE e a SUDAM, enquanto, ele próprio jazia mergulhado na maior crise econômica.⁵⁹⁹

Em meados de 1969, o Governador continuava a se movimentar no sentido de operacionalizar o projeto voltado para a criação de incentivos fiscais. No mesmo depoimento, Dias Lopes revela alguns detalhes. Interessante que, no fragmento, fica evidente o fortalecimento do Poder Executivo, o que lhe proporcionava bastante liberdade de atuação, isto é, sem as injunções das forças que lhe faziam oposição, especialmente no Legislativo Estadual.

Pedi, então, a Adyr Maia, Secretário da Fazenda, que estudasse, com seus assessores, a solução legislativa e mantivesse contatos com empresários sobre a viabilidade das soluções encontradas. Depois, entendi que poderia dar uma solução por ato do Poder Executivo, e o fiz através do Decreto nº 06-N, de 16 de junho de 1969, o portador da correção do mecanismo, depois aperfeiçoado para constituir o FUNDAP.⁶⁰⁰

Assim, em fins de agosto de 1969⁶⁰¹, o Ministério do Planejamento, com base nos estudos do grupo de trabalho criado para os problemas do Espírito Santo, chegou à fórmula definitiva daquilo que acabou se tornando incentivos fiscais para o Estado, por meio da priorização da criação de fundos, entre os quais se destacam o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres); o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fundai), e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), com destaque para este último (SILVA, 1993; PEREIRA, 1998).

O FUNDAP, criado pela Lei nº. 2.508 de 22 de maio de 1970, e reforçado pela Lei 2.592, de julho de 1971, foi originalmente proposto pelo empresário Graciano Espíndula. Segundo Silva (1993), a ideia surgiu a partir da mudança de arrecadação trazida pelo Código Tributário Nacional, a partir de 1968, que transformou o Imposto sobre Venda e Consignações (IVC) em Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). No primeiro sistema, as alíquotas eram divididas entre os estados, sendo 5,5% para cada. Com a adoção do ICM a parte que cabia aos estados passou para 15%, sendo 12% para o produtor e 3% para o estado onde o produto fosse vendido. Como o Espírito Santo era um estado eminentemente comprador, levava grande

⁵⁹⁹ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

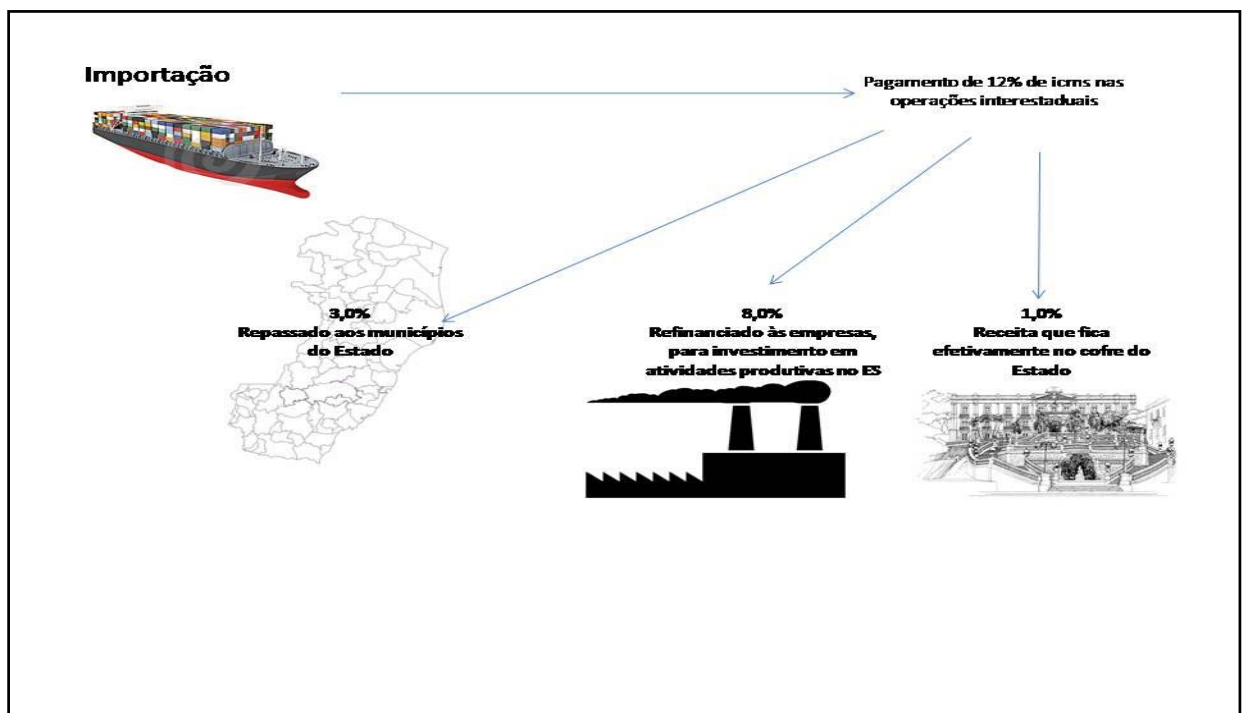
⁶⁰⁰ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

⁶⁰¹ GOVERNADOR contesta as declarações do Presidente do Banco do Nordeste. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 22 abr. 1969.

desvantagem. Nesse sentido, Espíndula observou que os impostos de importação e exportação eram facultados no domicílio fiscal, o que equivalia a dizer que o Espírito Santo poderia se beneficiar mesmo sendo predominantemente consumidor, caso abrigasse a sede fiscal de empresas responsáveis pela exportação/importação.

Surgiu, assim, a ideia de inverter as coisas. Isto é, “[...] com a importação pelo Porto de Vitória, a situação de privilégio passaria para o Espírito Santo, que arrecadaria 12% em vez de zero ou 3%. [...]” (SILVA, 1993). Essa ideia foi absorvida pelo Governador, que resolveu experimentar o sistema, usando para isso o Decreto nº 006-N, de 16/06/69, complementando-o, em outubro, com o Decreto 0019-N, de 15/10/69, tal como pode ser observado no fragmento das memórias do próprio governador, exposto acima. A ilustração abaixo mostra o sistema de funcionamento do Fundap.

Figura 1 – Sistemática de funcionamento do Fundap.



Fonte: Elaboração própria.

Em outras palavras, tal como esclarecem Villaschi, Felipe & Oliveira (2011a, p. 75),

A idéia básica era otimizar a utilização dos portos capixabas para a intensificação dos fluxos comerciais, com o foco nas importações, já que as exportações eram incentivadas por leis federais, gerando poucos recursos diretos para o Estado. Ou seja, o objetivo era promover o estímulo à movimentação de mercadorias (importações) pelos portos do Espírito

Santo, ao mesmo tempo em que permitia a geração de recursos voltados para o investimento no segmento industrial. Partiu-se da constatação de que havia espaço e necessidade de equalização do uso do porto, com o incremento da importação, capaz de gerar recursos para o poder público.

Para a administração desses fundos, foram criados órgãos especializados por funções, regidos pelas leis do direito privado, inclusive no que diz respeito às relações trabalhistas. Entre os órgãos, se destacaram: o Grupo Executivo de Recuperação Econômica (Geres) e o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), em substituição ao antigo Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, criado na gestão Punaro Bley (1930-1943), sob a subvenção de Jones dos Santos Neves (VILASCHI, 2011).

Além disso, pela Lei 2.413/69, do mês de julho e, portanto, em plena vigência do AI-5, momento em que os legislativos se encontravam fechados, foi autorizada a criação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) em substituição à Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (Codes), com a especial atribuição de financiar projetos e programas de longo e médio prazo, objetivando promover o desenvolvimento econômico e social do Estado (SILVA, 1993; 2006; VILASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Assim, contando com apoios importantes do BNDE e do Ministério da Fazenda, o Bandes estava encarregado de formular e implementar a política de industrialização e expansão/diversificação da atividade agrícola, a partir dos recursos financeiros oriundos dos acordos IBC/GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura), além de ter autonomia para captação de recursos em outras instâncias nacionais e internacionais, o que não ocorria com a Codes, limitada aos recursos do IBC (MEDEIROS, 1977). A interlocução dentro do banco era feita principalmente por Arthur Carlos Gerhardt Santos, Presidente, Lélío Rodrigues, Diretor Técnico e Lenaldo Amaral, Diretor Financeiro (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Sem pretender fazer análise pormenorizada do desempenho econômico-financeiro do banco, ressalte-se a evolução significativa do seu capital, que experimentou, desde a sua criação (em fins de 1969) até 1974, um incremento nominal da ordem de 193%, passando de 15 para 44 milhões de cruzeiros. Mais significativo ainda é o seu resultado operacional, que experimentou, de 1970 a 1974, um incremento

nominal de 1.470%, passando de 1 (um) para 14,6 milhões de cruzeiros (MEDEIROS, 1977, p. 82).

Retomando o pacote de incentivos fiscais, especificamente, não cabe aqui aprofundar a análise, mas segundo Villaschi, Felipe & Oliveira (2011b), os resultados históricos do FUNDAP indicam que sua importância para a economia capixaba pode ser explicada – ainda que de forma muito parcial, dada a falta de políticas complementares com esse objetivo maior –, também, pelo fato de este ter se transformado num eficiente instrumento para a diversificação das atividades de serviço/apoio ao comércio exterior, assim como pelo fato de promover uma nova forma de inserção da economia local no mercado nacional e internacional.

Encerrando os apontamentos sobre a política de incentivos, utilizaremos um trecho de Villaschi (2012) que, ao revisitar o tema Fundap, traz os argumentos adequados para esse fechamento:

“[...] foi um mecanismo de incentivo financeiro muito criativo e que, quando concebido no final dos anos 1960, respondeu a algumas importantes questões da realidade capixaba de então. Em primeiro lugar, viabilizou a geração de fluxos de importações pelos portos capixabas, até então majoritariamente utilizados para exportações – principalmente aquelas em trânsito (minério de ferro, café e madeira). Em segundo lugar, o incentivo financeiro concedido a essas importações (financiamento subsidiado do imposto de circulação de mercadorias – ICM), tinha como contrapartida a exigência do beneficiado realizar direta ou indiretamente investimentos em projetos produtivos voltados para o desenvolvimento capixaba [...]” (VILLASCHI, 2012, p. 1).

Do ponto de vista da reestruturação produtiva e de acordo com o documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo*, a saída para a crise não poderia ficar restrita somente aos incentivos fiscais. Seria necessário agir em outras quatro frentes: a primeira baseava-se na alavancagem econômica de atividades tradicionais desenvolvidas no Estado (café, cacau, açúcar, milho, mandioca e madeira). A ideia era a criação de uma infraestrutura institucional capaz de canalizar recursos para financiamento da expansão e modernização dessas atividades. A segunda pautava-se em um maior aproveitamento da logística de exportação de minérios e de outras atividades da CVRD, no sentido de utilização das externalidades positivas geradas pela empresa. A terceira baseava-se na industrialização de abastecimento, ou seja, na agregação de valor na agricultura,

diminuindo sua dependência quase exclusiva do café. Nessa terceira frente, segundo Simões, a diretriz básica

[...] era a de identificar as possibilidades de industrialização estadual, a partir da base agrícola existente no Espírito Santo. Dispunha-se de café, então foi projetada uma fábrica de café solúvel. A partir da pecuária de corte, preconizou-se um frigorífico no norte do estado. Do abacaxi de Itapemirim buscou-se extrair o suco. Com o leite do sul, financiou-se uma unidade para beneficiá-lo. Assim, essa vertente procurava industrializar a base agrícola (SIMÕES, 2002, p. 235).

A quarta frente estava ligada aos estímulos à implantação ou ao fortalecimento de empresas industriais de bens de consumo, com natureza substituidora de importações, além de várias ações voltadas ao fomento de outras atividades econômicas, tais como as que envolviam a exploração de recursos naturais (praias/turismo, mármore e granito).

Paralelamente a isso, o Estado começava a se beneficiar das políticas desenvolvimentistas do Governo Federal que, de alguma forma, permitiriam a integração da economia local ao mercado nacional, fosse por meio da expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória, fosse por meio da conclusão das obras de ligações rodoviárias das BRs 101, 262 e 259. Consolidou-se, no período, então, a convergência de fatores exógenos – programas desenvolvimentistas federais – e endógenos – programas para industrialização da economia local –, que lograram mudar o perfil de desenvolvimento e integração regional da economia capixaba.

Conclusão

O presente trabalho procurou compreender as ações desenvolvimentistas do Governo biônico de Christiano Dias Lopes Filho (1967), ocorrida ante a crise do café, quando houve, de fato, *consenso* em torno da *necessidade* de se colocar em prática um projeto de desenvolvimento capaz de livrar a economia do Espírito Santo da monocultura agrícola. Nesse sentido, o Governo Dias Lopes direcionou suas energias para aquilo que denominou de binômio ***racionalização administrativa e desenvolvimento***.

Se em termos democráticos o Ato Institucional Nº 5 foi traumático, para o Governo Dias Lopes foi providencial, uma vez que, a partir desse momento, foi-lhe possível agir sem as injunções dos grupos políticos locais e dar continuidade ao cumprimento

do seu programa. É nesse ínterim que se implementa o pacote de incentivos fiscais e uma série de outras realizações.

Nessa perspectiva e a partir do exposto, nota-se que o dirigismo econômico do Governo Federal, em circunstâncias autoritárias, teve boa aceitação no Espírito Santo, vindo a repercutir de forma positiva sobre as estratégias traçadas pelo grupo de poder local. As políticas desenvolvidas no governo Dias Lopes abriram caminhos para o início do ciclo de desenvolvimento industrial capixaba, com repercussões decisivas sobre os mais variados setores da vida econômica, política, social e cultural do Espírito Santo. Ocorreu, finalmente, a transição para o padrão urbano-industrial, inclusive com repercussões na modernização e diversificação da economia agrária comercial e exportadora.

Bibliografia

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)**. Vitória, ES: FCAA, 1991.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O desenvolvimento do porto de Vitória 1870-1940**. Vitória: CODESA, 1995.

VILLASCHI, Alindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **O Espírito Santo na República**. Vitória: Multiplicidade, 2005.

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**, 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Da crise econômica ao consenso das necessidades: o Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971). In: Arlindo Villaschi. (Org.). **Elementos da economia capixaba e**

trajetórias de seu desenvolvimento. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011b, v. 1, p. 53-76.

MEDEIROS, Antônio Carlos. **Espírito Santo:** a industrialização como fator de desautonomia relativa. 1977. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ – IBC. **O programa de diversificação econômica do Espírito Santo.** Vitória, IBC: 1966.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo:** Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SILVA, Justo Corrêa. **Espírito Santo:** o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo – 1967/1983. Dissertação (Mestrado em Administração) -Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** São Paulo: EDUSC, 2005.

SILVA, Marta Zorzal e. **Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo.** In: Instituto Jones dos Santos Neves. Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010, p. 29-66.

VASCOCELLOS, João Gualberto. **Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo:** grandes nomes. Vitória: Espírito Santo em ação, 2010.

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo.** Vitória: Edufes, 1998.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In: VILLASCHI, Alindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011a, v. 1, p. 29-51.

VILLASCHI, Arlindo. **Revisitando o tema Fundap. Blog de Economia Capixaba**. Disponível em: <http://economiacapixaba.wordpress.com/2012/02/06/86/>. Acesso em: 14 mar. 2012, p.1.

SIMÕES, R. G. **Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo**. In: BITTENCOURT, G. Espírito Santo: um painel da nossa história. Vitória: Edit, 2002.